



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Termelétrica do Planalto Paulista”, de responsabilidade da Companhia Termelétrica do Planalto Paulista, realizada no dia 17 de fevereiro de 2000.

Realizou-se no dia 17 de fevereiro de 2000, às 19:00 horas, no Salão Paroquial da Matriz de Santa Gertrudes, localizado à Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, s/nº, na cidade de Cosmópolis, SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento “Termelétrica do Planalto Paulista“, de responsabilidade da Companhia Termelétrica do Planalto Paulista. Dando início à audiência, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de anunciar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo – saudava e dava as boas vindas a todos os que haviam comparecido, declarou que passaria a compor a Mesa, chamando para dela fazerem parte o representante do Consema, escolhido entre os presentes, conselheiro Mohamed Habib, e o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais- CPRN, Geraldo Amaral. Depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para condução de audiências públicas e anunciar a presença do Secretário dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Antonio Carlos Mendes Thame, convidou para fazer uso da palavra o representante do empreendedor, Pedro Oliveira Ribeiro, que teceu, em síntese, os seguintes comentários: que a Companhia Termelétrica do Planalto Paulista fora constituída com a finalidade específica de desenvolver, construir e operar uma usina termelétrica a gás natural no Município de Paulínia; que tinha como participantes as empresas nacionais privadas do grupo Ultra e do Grupo Odebrecht, duas estatais, a Cesp e a Petrobrás, e uma produtora norte-americana de energia, a Flórida Power Light; que este empreendimento seria constituído por uma usina a gás de ciclo combinado, com quatro turbo-geradores, três a gás e um a vapor, utilizando-se de tecnologia de última geração; que ela não se vincularia ao pólo petroquímico de Paulínia e a potência instalada seria de 650 *megawatts*, a produção de vapor alcançaria até 250 toneladas por hora, o consumo de gás natural seria de 3 milhões de metros cúbicos por dia e o de água, no máximo, de 160 litros por segundo; que o investimento previsto seria da ordem de 365 milhões de dólares e que as negociações para formação de um consórcio que se responsabilizaria pela construção da usina e fornecimento de todos os equipamentos se encontravam em estágio avançado; que o principal objetivo do empreendimento era a geração de energia elétrica e fornecimento de vapor a partir do gás natural, combustível este considerado limpo e que gerava uma energia confiável a preços competitivos no mercado de energia; que, com o crescimento da demanda de energia elétrica do Estado de São Paulo, havia necessidade de novas usinas, principalmente porque, atualmente, 98% da energia gerada no País era de origem hidrelétrica, mas, como já foram explorados os principais aproveitamentos próximos aos centros de consumo, toda nova instalação acarretaria linhas de transmissão maiores, perdas maiores, investimentos maiores e, em decorrência, maiores impactos ambientais; que a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, tornando disponível o gás natural no País, concorreu também para a geração de energia a partir do gás natural, combustível este com algumas características que complementavam aquelas presentes na energia gerada por hidrelétricas e cuja produção poderia localizar-se próximo aos centros de consumo, dispensando a construção de linhas de transmissão para o seu transporte, o que acarretaria uma série de benefícios, não apenas a redução das perdas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como maior confiabilidade na sua distribuição; que, quanto à localização, a CESP havia feito um estudo detalhado, identificando no Estado de São Paulo a macro-região de Campinas como um dos locais mais favoráveis à instalação de empreendimentos dessa natureza, tendo sido feitos, a partir desta constatação, uma série de levantamentos, que levaram em conta a participação da Petrobrás no processo, a sinergia com a refinaria, a possibilidade de utilização de vapor pela refinaria, a infraestrutura já existente e uma área adequada, o Sítio Tambaú, de propriedade da Petrobrás, próxima da refinaria, o que acarretaria uma série de vantagens como a diminuição dos custos de transmissão e a possível utilização do entroncamento do sistema de gasodutos; que a utilização de tecnologia de ponta, com equipamentos modernos de última geração provocaria impacto ambiental mínimo. Fez uso da palavra o representante da Jaakko Pöyry, José Manuel Mondelo, coordenador da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, que ofereceu informações sobre o licenciamento destes empreendimentos que passavam por duas esferas, a análise da viabilidade técnico-econômica pela Aneel, e a viabilidade ambiental pelos órgãos ambientais dos Estados onde seriam implantados, sendo que o Estudo de Impacto Ambiental desse empreendimento foi iniciado em 1986; que o Governo Federal estava modificando a matriz energética brasileira, estando previsto, até o ano 2010, que 12% da geração de energia se originaria de termelétricas; que, por localizar-se no centro de consumo, a transmissão de energia gerada por esta termelétrica para os principais consumidores seria feita através de uma rede de linhas de transmissão de pouca abrangência, 43 km, 7 km, 21km, 25 km, com vistas a se minimizarem os impactos ambientais gerados pela apropriação de terras para sua implantação; que o fornecimento de vapor para a refinaria diminuiria a necessidade de se gerar vapor com as caldeiras em operação, reduzindo-se, assim, a queima de óleo combustível; que os efluentes gerados pela TPP, basicamente água acrescida de material particulado, sem maiores concentrações de produtos químicos, seriam devolvidos às instalações existentes na refinaria para o seu tratamento, voltando depois de tratadas ao Rio Atibaia; que a TPP receberia, como insumo, o gás natural fornecido pela Congás através do Gasbol, a água fornecida pela Replan, gerando energia elétrica para o sistema e vapor para a Replan; que o uso do gás natural, bastante difundido nos Estados Unidos e na Europa, constituía uma alternativa aos combustíveis tradicionais, reduzindo emissões de fontes veiculares, por não ser tóxico, ser incolor e inodoro e composto em mais de 91% de metano, que é mais leve que o ar; que a fase de construção da termelétrica levaria mais ou menos vinte e cinco meses e utilizaria a mão-de-obra de 700 pessoas e, na sua fase de operação, por se tratar de um empreendimento de tecnologia recente, utilizaria 44 funcionários; que, com relação ao ruído, era possível encontrar, a um metro das unidades de geração, níveis aceitáveis de 95 decibéis e, fora da usina, ele não representaria nenhum potencial de incômodo; que, de acordo com os estudos realizados, na pior condição de risco a que poderia ser submetida, seus efeitos se restringiriam a um raio de 80 metros, totalmente inseridos dentro do terreno que ela ocuparia, sem possibilidade de causar impactos às atividades vizinhas; que, com relação aos recursos hídricos, a equipe de consultores analisou exaustivamente todos os trabalhos disponíveis, elaborou seus pareceres que concluíram que o Rio Jaguari, área de influência direta da captação, não apresentava, nem atualmente, nem se previa que apresentasse até o ano 2020, deficiência hídrica; que as obras hidráulicas nos Rios Camanducaia e Jaguari tiveram sua implantação postergada, mantendo-se como reserva estratégica do manancial; que o problema da sub-bacia se relacionava com a qualidade da água no que dizia respeito à carga orgânica dos Municípios da região; que a TPP captaria através da Replan 680 m³/hora de água, devolvendo 117 m³/hora de efluentes, e evaporando, como uso consuntivo, 563m³/hora; que atualmente a Replan captava 1800 m³/hora, dispondo no Rio Atibaia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

750 m³/hora, e que com a TPP a Replan captaria 2480 m³/hora e disporia 867m³/hora; que a vazão mínima do Rio Jaguari era de 25.000 m³/hora e a do Rio Atibaia, 32.000 m³/hora; que, quanto às emissões atmosféricas, haviam sido considerados a altura e o diâmetro da chaminé, velocidade e temperatura dos gases, vazão, poluentes como o NOx, Monóxido de carbono, SO₂, SO₃, hidrocarbonetos e material particulado, verificando-se que todas as emissões estavam abaixo dos padrões estabelecidos, ou pela legislação brasileira ou por legislações estrangeiras; que foram também analisadas as concentrações dos poluentes em nível do solo, tendo sido, para tanto, desenvolvido um estudo de dispersão das emissões atmosféricas, das emissões previstas para o empreendimento, das condições meteorológicas da região, considerando-se as condições mais críticas; que a direção predominante dos ventos era a oeste do Município de Cosmópolis, apesar de o estudo considerar diversas situações de direção de vento, o que permitiu uma análise bastante detalhada e criteriosa; que, comparadas a situação atual das caldeiras da Replan hoje com aquela que se verificará com a entrada em operação da TPP, a operação da Replan se reduzirá, ocasionando reduções na geração de Nox e de material particulado em Paulínia, Cosmópolis, João Aranha e Vila Lutércia; que haveria baixas concentrações de NOx, monóxido de carbono e hidrocarbonetos em Paulínia e Cosmópolis, sem nenhuma contribuição para o aumento da concentração destes poluentes em João Aranha e Vila Lutércia; que a TPP implantaria sistemas de monitoramento, principalmente das emissões gasosas, amostragens nas chaminés e controle da qualidade dos efluentes líquidos tratados a serem dispostos nos cursos d'água; que os impactos positivos seriam a geração de energia confiável, segura e próxima aos grandes centros de carga, vantagens estratégicas para refinaria, os benefícios acarretados pela utilização de tecnologia moderna, algumas melhorias na qualidade do ar, dinamização da economia da região e geração de empregos diretos e indiretos; que desta forma a equipe responsável pelo EIA/RIMA concluiu que o empreendimento seria viável do ponto de vista ambiental e que as medidas compensatórias seriam definidas após consulta aos segmentos da sociedade e à Secretaria do Meio Ambiente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Carlos H. Bocuhy, o primeiro a se manifestar, teceu os seguintes comentários: que os ambientalistas, nas audiências públicas, constituíam um contraponto aos empreendimentos, advogando a vida e a qualidade de vida; que lamentava a não existência no Brasil de um planejamento estratégico nacional, a não ser aquele oriundo da iniciativa privada, que tomou em suas mãos o desenvolvimento de uma forma ainda inadequada; que o discurso feito pelo Brasil por ocasião da Rio 92 sobre o desenvolvimento sustentável deveria ser debatido durante a audiência, pois a instalação dessa termelétrica na região de Paulínia feria profundamente os princípios defendidos, como a capacidade de suporte da região, uma vez que seriam lançados poluentes na atmosfera capazes de provocar a formação de ozônio que em determinadas concentrações pode provocar a morte do ser humano; que outra questão importante a ser debatida era a disponibilidade de recursos hídricos e a luta mundial pela posse da água. Manifestou-se, ainda como representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, Augusto César Gandolfo, que fez as seguintes considerações: que estranhava não ter sido feita nenhuma referência à simulação de acidentes e terem sido utilizados na identificação da direção dos ventos dois referenciais diferentes, o noroeste e o sudeste; que, até então, não foi dada nenhuma resposta às questões levantadas por ocasião da audiência pública de Paulínia, e indagava se este não era o momento de isso ser feito, e não, ao final da audiência, quando a maioria das pessoas já tiver se retirado; que uma das questões fundamentais era a econômica, pois dizia respeito ao valor a ser pago por esta energia, ou, em outras palavras,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como este empreendimento afetaria o bolso de cada habitante, pois foi dito que ele era economicamente viável e que os consumidores não queriam entrar como os sócios que pagavam a conta e arcavam com o prejuízo, não só econômico, mas também ambiental; que não havia detectado no estudo nenhuma menção à emissão destes gases; que deixaria, em nome da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies, a Jaakko Pöyry e a TPP notificadas extra-judicialmente para comprovarem os dados fornecidos nessa audiência e constantes do Estudo de Impacto. Fez uso da palavra, também na condição de representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, o Prof. Oswaldo Sevá, que teceu os seguintes comentários: que, já na audiência realizada em Paulínia, afirmara que os dados contidos no EIA/RIMA pareciam ficção científica, ficção sócio-ambiental, e que comparecera a estas reuniões para discutir o futuro da região, e não uma ficção; que apresentaria fotos de satélite demonstrando que a região apresentava sérios problemas hídricos e atmosféricos, os quais tornavam inviável a construção da termelétrica nesse local; que constatara, vindo de Campinas para Cosmópolis, que o Ribeirão Anhumas recebia quase metade do esgoto de Campinas e todo o esgoto da Unicamp e da Rhodia, motivo por que o lago da represa de Americana encontrava-se morto; que, embora o Rio Jaguari não houvesse sido afetado com a captação de água, a bacia como um todo estava sofrendo com as captações feitas pelas indústrias e iria sofrer mais ainda com a chegada desses novos empreendimentos na região; que os efluentes seriam lançados no Rio Atibaia, complicando cada vez mais sua situação e a da represa; que considerava nefasta a idéia transmitida de que o Rio Jaguari era uma reserva para o futuro, pois contribuía para que as pessoas não se preocupassem com sua preservação, embora tanto sua vazão como a qualidade de suas águas tivessem diminuído ao longo dos anos; que, com relação à qualidade do ar, de acordo com o EIA, os ventos vindos do sul e do sudeste correspondiam a 153 dias por ano, ou seja, a 42% do tempo, e que, passando pelo conjunto de chaminés da Replan, direcionavam a poluição para o norte e noroeste, atingindo a Replan, a rodovia e os Municípios de Paulínia, João Aranha e Cosmópolis; que, de forma inversa, nos outros dias do ano, os ventos vindos do norte, nordeste e leste correspondiam a 117 dias e, batendo nessas chaminés, poluíam os Municípios de Paulínia, Nova Odessa e Americana, podendo atingir, inclusive, a região de Holambra, cujas plantas e flores poderiam ser afetadas com a formação de chuva ácida e, direta ou indiretamente, seus interesses econômicos; que, na melhor das hipóteses, a qualidade do ar de toda região seria afetada e que qualquer nova fonte que se acrescentasse só pioraria a situação, porque significaria um acréscimo no consumo de água, de devolução de efluente, de emissão de poluentes na atmosfera e de gases carbônicos, nitrogenados e sulfurosos. Também na condição de representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, fez uso da palavra André Queiroz Guimarães, que teceu as seguintes considerações: que as audiências públicas eram realizadas para que os empreendedores e a equipe consultora esclarecessem a população sobre todas as dúvidas levantadas e que, infelizmente, isso não vinha acontecendo, pois o que se via eram o empreendedor e os consultores tentando convencer a população de que seu empreendimento era viável, que o aspecto locacional era o ideal; que, por ocasião de um seminário realizado na cidade de Americana, promovido pelo Comitê das Bacias Hidrográficas, Consórcio Intermunicipal e Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, tomara conhecimento do estado em que se encontrava a disponibilidade hídrica da região de Campinas, considerada a segunda região crítica do Estado, com uma disponibilidade de apenas 600m³/habitante, enquanto o limite mínimo aceitável era de 2.000 m³/habitante; que, em virtude disso, estava muito preocupado com o licenciamento, para a região, de um grande número de novos empreendimentos, pois, sem dúvida, eles comprometeriam ainda mais a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

qualidade e a quantidade da água, contribuindo para que se tornasse crítica a situação do abastecimento de água; que a sociedade tinha de ter conhecimento da projeção da demanda futura, pois aos empreendimentos existentes somavam-se os que vinham-se multiplicando pelos Municípios vizinhos; que a população estava preocupada, e levantara esta questão na audiência de Paulínia, com as emissões de NOx e de ozônio, e queria saber se seria feito ou não monitoramento desses poluentes; que indagava sobre o andamento do grupo de trabalho criado pela Secretaria do Meio Ambiente para avaliar a capacidade de suporte da região de Paulínia e quanto tempo levaria para concluir essa análise. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil organizada, tendo feito uso da palavra, inicialmente, Marcelo Ranuzia, representante do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, que teceu os seguintes comentários: que, enquanto sindicalista, não poderia deixar de considerar a importância da implantação na região de um empreendimento da ordem de 365 milhões de dólares, embora, ao mesmo tempo, se posicionasse contrário a ela, levando em consideração o fato de ela não atender aos interesses da população, de serem transitórios os empregos que geraria na fase de construção e que aqueles permanentes seriam destinados a funcionários de fora; que o investimento feito pelo Governo Federal, através do BNDES, no Gasoduto Brasil-Bolívia atendia apenas aos interesses internacionais; que, dos 36 projetos a serem implantados no Brasil, os quais gerariam, aproximadamente, 11 mil *megawatts* de energia elétrica, a Petrobrás era sócia minoritária de apenas 24 deles; que, por estes motivos, temia fosse feito, pelo governo neoliberal, um desmonte das refinarias, na ânsia de entregar o País às multinacionais; que perguntava ao Secretário Executivo do Consema se, efetivamente, no dia 15 de março seria realizada a reunião da Câmara Técnica de Energia que analisaria a TPP e se representantes da população poderiam estar presentes nessa reunião; que a matriz energética brasileira eram as hidrelétricas devido à disponibilidade hídrica existente no País e que a mudança dessa matriz não visava os interesses nacionais, e que, portanto, com ela o governo daria prioridade às multinacionais, deixando de lado o desenvolvimento de pesquisas para criação de tecnologias nacionais, o que prejudicaria, e muito, a indústria nacional. Fez uso da palavra Paulo Paixão, representante do Sindicato dos Eletricistas de Campinas, que fez os seguintes comentários: que o sindicato havia entregue um documento com uma série de questões, que até então não haviam sido respondidas, e endossava as referências feitas aos danos ambientais que, com a implantação da TPP, a região sofreria; que, ao lado da questão ambiental, aparecia a questão da complementação térmica; que seu sindicato defendia a implantação das termelétricas nos horários de pico para evitar problemas de falta de energia, mas que havia percebido que a TPP não trabalharia apenas no horário de ponta, mas, sim, continuamente; que se deveria planejar para que esta alternativa fosse usada só nos picos de consumo de energia e que, no resto do tempo, a principal fonte continuasse a ser a geração hidráulica, pois assim se pagaria somente a amortização do investimento das usinas hidrelétricas já construídas; que existiam projetos muito significativos de captação de energia solar, o que exigiria um investimento mínimo, os quais sequer foram citados na apresentação. Manifestou-se Douglas Yamagato, do Sindicato dos Bancários de Jundiaí, que fez as seguintes considerações: que se deslocou mais de 100 km para declarar sua preocupação com o meio ambiente e informar que, em Jundiaí, havia sido suspensa a instalação de outra usina termelétrica, com capacidade para 800 *megawatts*, devido a grande luta da cidade, envolvendo desde professores universitários até donas de casa, que se posicionaram contrários ao empreendimento, principalmente em virtude de sua localização próxima a residências e à Serra do Japi, um remanescente de mata atlântica inigualável; que esse movimento conseguira que o empreendedor abandonasse a cidade e os cerca de 5 milhões que havia investido,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mas que os únicos que ainda defendiam a implantação desse empreendimento eram os políticos, apesar de a população continuar contrária; que acreditava não ser a termelétrica de Paulínia diferente da que se pretendia implantar em Jundiaí e que lhe parecia que, igualmente, a população local era contrária, defendendo-a apenas alguns políticos, os empreendedores e o Prefeito; que estava presente para fortalecer a luta contrária à implantação deste empreendimento, pois deveriam instalar-se termelétricas em regiões com precariedade hídrica como o interior do Nordeste; que, de acordo com as normas trabalhistas, o máximo de exposição permitida aos ruídos, pelos trabalhadores, eram 85 decibéis, enquanto que pela proposta da empresa sua emissão chegaria a 94 decibéis; que considerava sarcástico, num país com milhares de desempregados, um empreendedor investir milhões de dólares num dos maiores pólos econômicos do País para gerar apenas 44 empregos; que se preocupava com o consumo de água pela termelétrica, pois na região de Campinas este recurso estava-se escasseando, podendo causar prejuízos ambientais irreparáveis às futuras gerações. Fez uso da palavra Elifas Eufrásio, representante do Partido Verde do Município de Jundiaí, que teceu as seguintes considerações: que a instalação da termelétrica na região estava voltada para os interesses externos e que, devido à escassez de recursos hídricos, o Governo deveria primeiramente se preocupar em promover campanhas educativas para conscientizar a população da importância de se consumir menos energia, com o uso, por exemplo, de lâmpadas fluorescentes; que, como a cotação do gás era feita de acordo com a variação do dólar, certamente haveria aumentos constantes nas tarifas de energia; que o Partido Verde era contrário à instalação dessa termelétrica devido à falta de transparência do projeto com relação ao futuro da população da região. Manifestou-se Márcia Corrêa, representante da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies, que teceu as seguintes considerações: que, como consumidora de energia, indagava o preço a ser pago por ela e se seria cotada em dólar; que a única energia considerada verdadeiramente limpa era a eólica ou solar, e não aquela proveniente de gás natural, que só estava sendo implementada no Brasil por interesses políticos; que o empreendedor passava a falsa idéia de que o que era bom para os norte-americanos era também para os brasileiros; que o EIA/RIMA não fazia menção à instalação de filtros ou dessulfurizador à base de anidros de amônia, tendo sido omitidas as emissões de sulfatos, nitritos e ozônio; que protestava contra o fato de a Secretaria do Meio Ambiente não dispor de mecanismos mais rígidos para o licenciamento dos grandes empreendimentos na região de Paulínia. Manifestou-se Amauri Santa Rosa, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação de Água e Serviços de Esgoto, que teceu os seguintes comentários: que falaria para a dona de casa, o pai de família, o cidadão de Cosmópolis, numa linguagem simples e sem se utilizar de termos técnicos; que a quantidade de água a ser utilizada correspondia a 68 caminhões-pipas por hora, com capacidade de 10 mil litros cada um, constituindo este um volume muito grande, o que levaria a região a enfrentar risco de escassez; que perguntava a cada um dos cidadãos qual o futuro que deixaria para seus filhos, netos ou bisnetos, porque o ser humano conseguiu sobreviver por séculos sem energia elétrica, mas não conseguiria viver sem água, porque mais de 70% do corpo humano era constituído por água; que não era contrário ao desenvolvimento, desde que se fizesse acompanhar de condições dignas para a sobrevivência da população; que a responsabilidade da situação em que se encontrava a humanidade não era só do governo, mas também da omissão das pessoas que deixavam de exercer corretamente seu papel de cidadão e que, neste caso, deveriam lutar para que este empreendimento não se instalasse na região. Manifestou-se Romeu Mattos Leite, representante da Sociedade dos Amigos do Camanducaia, que teceu os seguintes comentários: que, como produtor orgânico de verduras e hortifrutigranjeiro nas margens do Rio Camanducaia, testemunhava que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

cada ano diminuía a quantidade e a qualidade da água desse rio e que a afirmação de que havia grande disponibilidade hídrica na região não era verdadeira; que, em relação à qualidade do ar, embora não fosse visível a olho nu como era a quantidade de água, dava seu testemunho do que vinha acontecendo há oito anos na região com os produtores de manga do Município de Jaguariúna não conseguindo mais produzir a fruta, sendo o motivo - de acordo com explicações da Casa da Agricultura - o efeito fitotóxico provocado pelas emissões feitas pelas indústrias de Paulínia, e que temia o agravamento dessas emissões com o funcionamento dessa termelétrica. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Fez uso da palavra Dorun Grull, que teceu as seguintes considerações: que, na condição de consultor da área de recursos hídricos e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, estudava a Bacia do Piracicaba desde os anos 70; que a grande preocupação não era com a quantidade de água dessa bacia, pois existia um conjunto enorme de reservatórios a montante que garantiriam as condições mínimas, que eram bem melhores do que as do ano passado, sem provocar o desabastecimento da RMSP e mantendo os 33 m³/s, desde que houvesse uma operação adequada do Sistema Cantareira, para o que se fazia necessária uma negociação entre os comitês de bacia; que, entretanto, resolver-se o problema da quantidade não resolveria o da falta de água; que era preciso buscar, entre todos os usuários urbanos, agrícolas e industriais, contribuições para se encontrar uma solução, contribuindo para ela tanto o tratamento adequado dos esgotos pelos Municípios como o reúso da água; que o crescimento era inevitável, mas ele teria de ser ordenado, com uma avaliação estratégica ambiental da região, e que não era contrário à instalação de novos empreendimentos, desde que obedecessem determinados condicionantes e adotassem medidas de mitigação e compensação pelo uso dos recursos naturais, visando à melhoria da qualidade de vida. Fez uso da palavra, Elias Soares Vieira, que teceu as seguintes considerações: que o empreendimento iria gerar desenvolvimento econômico no Município de Paulínia, com os enormes índices de arrecadação de impostos, como, por exemplo, 60 milhões de ICMS, 402 mil de ISS, 6 milhões de PIS e Confins, e que Cosmópolis ficaria somente com os impactos negativos e com o atraso, e que a Prefeitura deste Município não estava fazendo nada para pegar uma fatia desse bolo. Manifestou-se Márcio Roberto Batista, que teceu os seguintes comentários: que, em virtude do crescimento anual previsto para a energia elétrica, da ordem de 4,25%, indagava quais seriam os benefícios para os Municípios banhados especificamente pelo Rio Jaguari; que considerara o EIA/RIMA de forma geral pouco transparente, comprometendo a avaliação do empreendimento, e que dele constava que o Município de Cosmópolis tinha 15 mil habitantes, quando, na verdade, eram 44 mil, e que solicitava que a Prefeitura de Cosmópolis informasse a população sobre o relatório apresentado pela TPP; que temia pela qualidade das águas dos Rios Piratingui e Jaguari e questionava o fato de não ter havido concorrência para a escolha da empresa que elaboraria o EIA/RIMA; que temia pelo comprometimento da qualidade do ar em Cosmópolis no caso de um acidente com a usina, levando-se em conta a direção predominante dos ventos. Fez uso da palavra, Luiz Vanderley Larguesa, que fez as seguintes considerações: que representava o Deputado Federal José Machado e que, como morador de Santa Bárbara d'Oeste, cresceu pescando com seu pai nas águas do Rio Piracicaba e presenciara, ao longo dos anos, a morte gradativa do rio; que, pelo fato de a termelétrica consumir gás natural, cujo preço variava de acordo com o dólar, temia o aumento das tarifas de energia, embora o Brasil contasse com grande disponibilidade hidráulica, o que tornava a energia hidrelétrica barata; que lamentava o fato de esse empreendimento gerar apenas 44 empregos, que em nada ajudaria o problema do desemprego existente na região; que a população deveria defender a qualidade de vida e lutar contra a degradação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que a instalação dessa usina poderia causar. Manifestou-se Florenal Zarpelon, que teceu as seguintes considerações: que era engenheiro químico, especialista em águas e em termodinâmica, e que, como cidadão responsável, exporia seus conhecimentos; que se recordava que, em 1963, por volta das 18h00 ou 19h00, havia racionamento de energia e se ficava de duas a três horas sem luz; que, atualmente, havia fortes indícios de ocorrerem *blackouts* no Brasil, motivo por que acreditava ser necessária a instalação de termelétricas no País; que a melhora colocada pelos expositores com relação aos emissões de poluentes era uma realidade, uma vez que milhares de toneladas de ácido sulfúrico deixariam de ser colocados na atmosfera, com a substituição da queima de óleo combustível pelo gás natural; que, quanto aos recursos hídricos, acreditava que a solução seria São Paulo obter água do Vale do Ribeira e reverterem-se os 33m³/s retirados do Rio Jaguari para a região do Jaguari, revertendo-se a água de São Paulo para cá. Fez uso da palavra Newton Pereira, que teceu os seguintes comentários: que, como Diretor do Instituto de Geociências da Unicamp, possuía dados importantes a acrescentar; que a TPP havia procurado a Unicamp para que essa universidade fizesse um estudo sobre a questão da água da região, ou seja, sobre o que eles poderiam esperar da região em termos de recursos hídricos; que a primeira conclusão fora exatamente aquela que o Professor Sevá apontou, ou seja, que esse empreendimento, especificamente em termos de água, seria muito pouco impactante para o Município de Cosmópolis, pois as condições do Rio Jaguari eram razoavelmente boas junto à sua nascente e a montante, mas que, para a bacia como um todo, qualquer novo empreendimento traria impactos negativos; que, de acordo com os resultados, em 5% do ano a bacia não teria água para sustentar a demanda; que por sua vez a demanda industrial não aumentara há dez anos, enquanto a demanda agrícola aumentara um pouco, cerca de 1,7%, e a urbana crescia na razão de 2% ao ano; que, se considerada apenas a qualidade, dever-se-ia parar tudo e reservar água para abastecimento urbano; que nem o gerenciamento do Sistema Cantareira permitiria que se mantivessem os quarenta metros de água necessários na Estação CESP de Piracicaba; que, em 95% do tempo, haveria água suficiente para manter os empreendimentos, e que até mesmo sobraria; que a vazão média da bacia era de 165m³ de água por segundo, para uma vazão somada ao Sistema Cantareira de 55 m³/s; mas se tratava de uma bacia furada, pois tiravam água por traz e pela frente e que tudo que entrava saía, o que tornava fundamental um gerenciamento correto desta bacia; que o empreendedor também solicitou a Unicamp informações mais específicas quanto ao lugar em que o empreendimento se inseria, tendo sido feitos estudos dos Rios Jaguari e Atibaia, nos mesmos moldes que foram feitos para a bacia como um todo, e que se concluiu que, se tomadas todas as precauções, ou seja, tirando até 70% da água disponível da bacia, o Rio Jaguari teria uma disponibilidade hídrica de 23m³/s e o Rio Atibaia de 7.9m³/s; que, aparentemente, era muita água, suficiente para as necessidades, considerando o uso consuntivo de 5 m³; que, assim como acontecia com a bacia, não era feito um correto gerenciamento do rio, acarretando uma perda de água, média, de 13% do ano, ou seja, em 45 dias não haveria água para abastecer o sistema; que a qualidade era um fator que afetava a quantidade e que havia informações de que a Unicamp seria novamente convidada a elaborar estudos enfocando a qualidade da água. Hélio Antonio Bicaletto teceu as seguintes considerações: que, desde 1969, com a instalação da Replan em Paulínia, a cidade vinha atraindo diversas indústrias para região, mas que, infelizmente, Cosmópolis tinha ficado apenas com os problemas que a Replan causara na região, razão por que perguntava pelos benefícios que a instalação da TPP em Paulínia traria para Cosmópolis; que defendia a vinda de novas indústrias para Cosmópolis, desde que não fossem poluentes; que solicitava ao representante do Deputado Wanderley Macris, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que levasse a ele a reivindicação de que fosse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

revista a situação de Cosmópolis frente a este empreendimento, pois existiam no Município milhares de pessoas querendo trabalhar, passando necessidade, e que a instalação da termelétrica sequer amenizaria este problema social. Manifestou-se Gerônimo Rodrigues Filho, que fez as seguintes considerações: que, com relação à geração de empregos, temia que 80% dos 44 funcionários que trabalhariam nessa termelétrica viessem de fora devido à tecnologia utilizada; que, com certeza, os empreendedores justificariam a vinda dos estrangeiros alegando que a mão de obra do brasileiro não era especializada para operar; que os 700 empregos a serem gerados na construção acarretariam inúmeros problemas sociais, devendo atrair mais de 7 mil pessoas na fase de construção, que, com o término das obras, ficariam novamente desempregadas, agravando a crise na região, principalmente em Cosmópolis, que possuía custo de vida mais baixo que Paulínia; que considerava propaganda enganosa as informações alardeadas de que esse empreendimento iria abaixar o custo da energia, pois este se baseava no preço do barril do petróleo, que era cotado em dólar; que lembrava que piorara a qualidade de tudo o que até agora foi privatizado e que com a energia não seria diferente; que, com certeza, nenhum dos projetistas da usina era morador da região, e que, concluídas as obras, eles iriam embora, e os problemas gerados seriam herdados pela população; que todos lembrassem que Paulínia arrecadaria impostos e Cosmópolis pagaria a conta. Fez uso da palavra Benedito Augusto de Moura, que teceu os seguintes comentários: que, enquanto ouvia os depoimentos, lembrou-se de um livro chamado “No País das Sombras Longas”, que contava a história de um esquimó que afirmara que, enquanto não haviam aparecido os homens brancos na sua região, ele não escrevera nenhum livro, mas que, depois da chegada, ele passou a escrevê-los, pois, com certeza, alguém iria consultá-los no futuro; que isto aconteceria na região, pois tinha em mãos um livro chamado “Semana de Debates sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente - Etapa Piracicaba”, editado em 1992, e que, ao consultá-lo, descobriu que, quando se iniciou o Projeto Cantareira, o discurso era o mesmo que se proferia agora, ou seja, que esse empreendimento seria maravilhoso para região, mas que previa que ainda no ano 2000 apareceriam problemas com relação ao abastecimento de água; que ouvira um técnico dizer que o empreendimento utilizaria 600m³ de água por hora, devolveria 117m³ e evaporaria 483 m³; que era morador de Piracicaba, a quadragésima quinta cidade que recebia as águas já totalmente poluídas do Rio Piracicaba, embora este Município tivesse a preocupação de tratar seus esgotos antes de lançá-los no rio; que indagava sobre a temperatura da água que seria devolvida para o rio e se a mesma não provocaria mortandade de peixes ou alteraria sua fauna e sua flora; que se deveria informar quais as alternativas possíveis de geração de energia antes de se optar pela termelétrica. Manifestou-se Ednaldo Luiz Lima, que indagou, como morador de Cosmópolis, sobre o desenvolvimento econômico que esse empreendimento traria para Cosmópolis, sobre a porcentagem de queda do valor da energia em relação ao atual quando a usina estiver funcionando; que muitas vezes os empreendimentos já vinham prontos, sem que a população pudesse opinar e que, se fora este o caso, que pelo menos ele pulasse para o outro lado do rio, pois, pelo menos, o imposto viria para Cosmópolis, tendo em vista o problema social que, com certeza, já estava sendo gerado com a divulgação da sua construção; que propunha aos empreendedores que pensassem na possibilidade de implantar esse empreendimento no interior de Goiás e no Nordeste, onde muitas cidades ainda não dispunham de energia elétrica. Passou-se à etapa em que falam os representantes do Consema. Manifestou-se o Prof. Mohamed Habib, que teceu as seguintes considerações: que era professor, há vinte e oito anos, e vinha procurando sempre passar a seus alunos o conceito de desenvolvimento sustentável, aquele que buscava o equilíbrio entre o ser humano e o seu ambiente em termos de qualidade e em termos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

utilização dos recursos naturais, visando garantir a saúde e o bem-estar da população e um futuro para as próximas gerações; que a universidade fazia questão de formar recursos humanos capacitados a assumir responsabilidade na sociedade; que se recordava do episódio de suspensão da instalação de outra termelétrica na região, há doze anos, que era conhecida como Piche Elétrica, que era movida a óleo combustível, muito mais poluidora do que esta, e que encontrou grande resistência da comunidade local, sendo por fim definitivamente banida; que este novo projeto, sem dúvida alguma, nem se comparava a termelétrica Piche Elétrica, proposta na época pela CESP; que, hoje, passados mais de dez anos, pela primeira vez ouvia o reconhecimento da péssima qualidade, do péssimo peixe que ia ser vendido para a região; que durante a explanação dos colegas ligados ao empreendimento notara que eles tentaram passar a idéia de que a escolha da matriz energética baseada nas hidrelétricas se dera pela falta de melhores opções, opinião esta errada segundo seu ponto de vista; que, quando se falava de produção de energia, dever-se-ia caracterizar o perfil ideal do recurso natural a ser utilizado, e que o perfil ideal era aquele que provocasse o menor impacto no ambiente e ainda possuísse grande durabilidade; que o gás natural era um recurso não-renovável, pois se esgotava no tempo, enquanto que a água era um recurso inesgotável, porque sempre iria existir; que a utilização de gás natural para gerar energia representaria impactos durante todo processo, desde a instalação ao funcionamento, enquanto os impactos causados no meio ambiente por uma hidrelétrica aconteciam apenas quando da sua instalação; que esperara que os empreendedores fizessem referência a este aspecto, ou seja, que fizessem uma abordagem mais justa com relação às vantagens e desvantagens da localização do projeto, para que a futura discussão do empreendimento no Plenário do Consema se baseasse em dados técnicos, possibilitando conclusões e não apenas conflitos; que uma vez que os empreendedores não se haviam referido às desvantagens inerentes a esse empreendimento, ele a elas se referiria, e que uma delas era a substituição de óleo combustível por gás natural, cuja redução de poluentes ocorria apenas na fase inicial, porque sua tendência era potencializar-se; que, por solicitação do empreendedor, a Unicamp realizou algumas pesquisas, cujos resultados foram apresentados anteriormente pelo colega que o havia antecedido, e que havia esperado que os empreendedores o fizessem, o que não aconteceu, embora os problemas relatados sobre a falta de água e poluição colocassem em risco qualquer processo industrial a ser instalado. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Manifestou-se o Vereador Antonio Saraiva Sobrinho, que fez os seguintes comentários: que agradecia à Secretaria do Meio Ambiente e ao Consema por terem atendido o pedido de que se realizasse esta audiência, como também à Sociedade da Diversidade das Espécies, que teve um papel importante para que este evento acontecesse; que se preocupava com a situação apresentada e que lembrava que, em agosto de 1998, realizou-se um seminário em Cosmópolis, do qual participaram os representantes da TPP, da Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, ocasião em que foi colocada a questão da reversão de bacias, o que provocaria falta de água; que, além desta questão bastante debatida, e apesar de na audiência pública que se realizou em Paulínia se ter informado que nenhum impacto seria provocado por este empreendimento, se preocupava com a impossibilidade atualmente existente de não se poder mais praticar em Cosmópolis um tipo de cultura; que o preocupava também o fato de Cosmópolis ficar com o produto final de Paulínia, ou seja, com os problemas sociais, sem ter condições de bancar esta situação que começou desde a implantação da Petrobrás, e que, possivelmente, teve o incentivo de outras indústrias; que ninguém era contrário ao desenvolvimento sustentável, ou seja, ao desenvolvimento com responsabilidade, que levasse em conta a qualidade de vida; que se chegou a anunciar, há um ano e meio atrás, que este empreendimento geraria 72 mil



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empregos, o que fez com que, diariamente, cerca de dez pessoas comparecessem à Câmara Municipal pedindo passagem para retornarem à sua cidade de origem, pois teriam vindo dos Estados de Minas Gerais e da Bahia motivados pelas notícias de que seriam gerados muitos empregos nessa região; que propunha que se fizesse um requerimento às lideranças políticas da Câmara Federal, para que editassem uma lei complementar, ou até mesmo se promovesse uma mudança na Constituição, para que fossem repassados recursos financeiros para os Municípios e cidades que se haviam tornado dormitório, como era o caso de Cosmópolis; que questionava o rigor usado na produção dos dados apresentados no EIA/RIMA sobre a saúde pública, sobre a meteorologia, inclusive a direção dos ventos, poluição e população. Manifestou-se o Deputado Federal João Hermann Neto, que, em síntese, fez os seguintes comentários: que em Piracicaba, um homem chamado Eduardo Yassuda, prometera mundos e fundos ao Município, como contenções, reflorestamentos, proteção das cumeeiras, barragens intermediárias, vazões médias garantidas, e que os 31 m³ de água roubados para a Grande São Paulo seriam compensados pelo trabalho árduo de sistematização e gerenciamento das águas do rio; que, hoje, nessa audiência, tentaria evitar que o povo de sua terra fosse enganado; que queria informações sobre o motivo da escolha desse gás, e não daquele que vinha da Congás; que o Presidente Fernando Henrique traía os interesses de toda nacionalidade brasileira, traía o seu passado, e hoje enxovalhava sua biografia, fazendo um grande acordo internacional com os campos de produção de gás da Bolívia; que, assim, é que ele (o presidente) lutava pela estabilidade política, econômica e social deste País; que, embora estivesse no conjunto dos povos latino-americanos, era pela estabilidade do Brasil que lutava em primeiro lugar; que a viabilidade das termelétricas movidas a gás natural resultava de um grande acordo internacional, e não da necessidade de consumo do nosso gás, porque se tinha a Bacia de Santos, de Merluzza, de Campos e do Urucum; que a mão-de-obra a ser utilizada não poderia ser brasileira, pois não havia técnicos preparados para utilizar essa nova tecnologia; que se havia desmontado o perfil energético hídrico do País e se estava montando uma nova matriz, embora não houvesse profissionais habilitados para trabalhar com ela; que questionava a localização para instalação dessa termelétrica, uma vez que a qualidade de vida da região de Campinas entrara em colapso, tendo em vista o surto de desenvolvimento que, constantemente, se renova na região, restando apenas os tampões sociais em que se estavam tornando Cosmópolis e Artur Nogueira; que o Brasil havia remetido, em 1999, 23 bilhões de dólares para o exterior, relacionados a serviços, e que o processo de desnacionalização era aviltante para os interesses nacionais brasileiros e deveria ser evitado, inclusive não se admitindo a instalação de qualquer novo empreendimento antes que o gerenciamento da bacia estivesse implantado. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Fez uso da palavra o Secretário de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente de Paulínia, Henrique Padovani, que teceu as seguintes considerações: que a Bacia do Piracicaba encontrava-se numa situação pouco pior do que há dez anos atrás quando foi sugerida a criação do Consórcio dos Municípios que a compunham, e que, naquela época, quase não existiam audiências públicas e, quando ocorriam, a participação popular era praticamente nula; que empresas como a TPP e a Degussa eram sempre bem-vindas, pois de uma forma democrática apresentavam seus projetos para que a população sobre eles se posicionassem.; que considerava a construção de termelétricas uma necessidade nacional, pois, nas últimas duas décadas, nada fora feito no sentido de se manter as hidrelétricas em funcionamento adequado; que criticava a atuação da Sabesp no Município, propondo que mudasse seu nome para “Companhia de Sujamento Básico do Estado de São Paulo”, pois sua atuação, desde 1978, tinha-se limitado a enganar o povo, porque, sem tratar um só grama de esgoto, cobrava 80% do valor da taxa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da água por este serviço e, na calada da noite, através da Engeform, concluía as obras de uma adutora que havia sido embargada por pretender retirar da bacia 1 mil e 200 litros de água por segundo, que, em época de estiagem, significaria praticamente 1/3 da água do Rio Jaguari; que perguntava até quando a sociedade toleraria esta empresa poluidora cobrar o tratamento de esgoto da população e lançá-lo sem o devido tratamento nos rios da região; que o governo estadual deveria criar frentes de trabalho com o objetivo de recuperar as matas ciliares para preservação dos mananciais, diminuindo o problema do desemprego, que era muito grande na região. Fez uso da palavra o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado, Antonio Carlos Mendes Thame, que teceu os seguintes comentários: que o Direito Ambiental completara trinta anos, pois surgiu em 1972, com a “Declaração de Estocolmo”, fazendo, portanto, trinta anos apenas que a humanidade começou a dar conta do estrago que vinha fazendo no meio ambiente e começou a preocupar-se em preservar a Natureza para a presente e as futuras gerações, tentando reverter o estrago que até então causara; que faz apenas vinte anos que saíram os primeiros estudos sistematizados de cientistas alertando, de uma forma técnica, para o que poderia acontecer com a humanidade, se o processo de degradação continuasse; que, no início de 1980, apareceram os primeiros estudos mostrando essas preocupações, com a descrição de florestas, revelando o processo de erosão do solo, o colapso das áreas pesqueiras, a destruição dos atóis e corais, consideradas as florestas marinhas, o desaparecimento de espécies de plantas, e revelando, pela primeira vez, preocupação com a escassez relativa da água em algumas regiões; que, vinte anos depois, indagava o que mudou de tudo isso ou de tudo aquilo com que se preocupou a humanidade; que esses estudos demonstravam ainda duas preocupações seríssimas: a primeira referia-se ao aquecimento da atmosfera, às mudanças climáticas, uma questão absolutamente de sobrevivência, e a segunda referia-se à substituição da escassez relativa da água pelo risco de escassez absoluta desse recurso em algumas regiões, a mesma escassez que dizimou populações e civilizações do passado; que a população em geral enxergava tudo isto com dificuldade, pois era difícil mostrar dados aparentemente simples; que, por exemplo, há duzentos e quarenta anos atrás, antes de se iniciar a Revolução Industrial na Inglaterra, havia no ar 280 ppm de CO₂, e que levou dois séculos para aumentar em 13% essa porcentagem, chegando-se, em 1960, a 316 ppm; de lá para cá, em apenas quarenta anos, aumentou 17%, chegando, hoje, a 370 ppm; que isso gerou e vem gerando o aquecimento da atmosfera, só nos últimos anos, em 0,44° graus centígrados, com conseqüências, já medidas, catastróficas, como a perda, em meio século, de 7 mil km² do território da Antártida, quase a totalidade de área da RMSP, que somente no último ano e meio perdeu metade disso, ou seja, mais de 3 mil km² de áreas geladas, que desgelaram; que seria difícil saber se a população estava percebendo a gravidade de tudo isso, que era mais fácil de se visualizar, quando se lia a notícia de que descobriram, semi-enterrado na neve, na fronteira da Itália e da Áustria, um corpo praticamente mumificado ou bem-conservado no gelo, nosso ancestral de milhares de anos, ou outro caso como o do Alasca, onde encontraram outro corpo metade para fora do gelo; que só nesses casos a população conseguia entender que nossos ancestrais estavam emergindo do gelo, como num grito de alerta de que a Terra estaria ficando mais quente, e que as conseqüências desse fenômeno eram gravíssimas; que a outra questão era a água, em primeiro lugar, em uma quantidade necessária para a produção agrícola e cujo uso não-sustentável já se refletia pela depleção dos aquíferos; que o uso indiscriminado das bombas para tirar essas águas dos poços tinha feito estragos consideráveis, e alguns irreversíveis, em muitas regiões do Planeta, considerando-se que a quantidade de água que vinha sendo retirada era muito maior do que a capacidade de regeneração dos aquíferos; que estas questões permeavam as ações e deviam orientar e servir de rumo para futuras ações da Secretaria;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que, embora sentisse vontade de abordar essa questão de forma mais abrangente, se ater a falar somente sobre a questão dos recursos hídricos, do qual era responsável no âmbito do Governo Estadual; que considerava as audiências públicas, mais do que a oportunidade de informar à sociedade a de esta dar a sua contribuição, pois constituía também um registro histórico de como uma comunidade, em determinado momento de sua história, recebia determinadas informações; que, no Brasil, existia uma idéia errada e antiga a respeito da disponibilidade de recursos hídricos, lembrando-se que, quando o Presidente Jânio Quadros renunciou em 1960, ao ser dada esta notícia pelos jornalistas internacionais ao Primeiro Ministro de Israel, este questionou como podia um presidente renunciar num País com tanta disponibilidade hídrica; que, atrás desta observação aparentemente irônica, estava a preocupação com a briga pelas águas do Rio Jordão, enfim, pela escassez relativa e, em alguns casos, quase absoluta da água naquele local; que era falsa a idéia que prevalecia àquela altura de que o Brasil, por ter 12 a 13% das reservas de água doce da humanidade, não sofreria a falta de água, e ela causou, e vinha causando, decisões equivocadas; que, na realidade, a água no Brasil era extremamente mal-distribuída, pois existiam Estados com escassez muito grande de água, como Pernambuco e Paraíba, cujos índices encontravam-se muito embaixo daqueles considerados críticos, pois, de acordo com dados dos órgãos internacionais, o limite era de 2.500 m³ por habitante/ano, o que satisfazia a necessidade mínima de uma vivência normal, e que, abaixo de 1.500 m³ por habitante/ano, a situação era crítica; que, no Estado de São Paulo, existiam quatro regiões abaixo desse índice; que se for levado em conta não só a quantidade, mas a qualidade, se chegaria a seis unidades hidrográficas em situação crítica: a unidade Alto Tietê, com um pouco mais de 200 m³ por habitante/ano, possuía um sétimo desse mínimo de 1.500; em segundo lugar, a unidade hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá, que, dependendo da forma de calcular, ia de 440 m³ habitante/ano até, no máximo, 600 m³ habitante/ano; que estas situações eram extremamente alarmantes do ponto de vista da disponibilidade e, se feita a análise da qualidade, se verificava que ainda havia um imenso caminho a percorrer, sendo o percentual de poluição de objetos jogados na água imensamente grande; que, em função deste quadro, fez questão de estar presente nessa audiência pública; que havia sido o Primeiro Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas de Piracicaba, o pioneiro criado no Estado de São Paulo, que era o único Estado do País a ter comitês formados em suas vinte regiões hidrográficas; que resumia suas preocupações em basicamente quatro pontos; que o primeiro ponto se referia à inexistência de outorga específica para este empreendimento usar água, uma vez que se estava utilizando a outorga da Replan, com uma sobra, ou seja, a Replan havia economizado e julgava-se no direito de utilizar a outorga que obtivera no passado; que isto significava transformar essa água numa *comoditie*, o que era inédito no Brasil, pois se estava admitindo tratar-se de um direito transferível; que a água não era uma mercadoria como o arroz, cuja venda através de um papel conferia direito no futuro; que, para o Consema conceder essa licença prévia, precisava analisar com muita cautela estes aspectos, entendendo que uma outorga não era algo estático, que poderia ser concedida naquele volume à Replan em função dos empreendimentos existentes naquele momento, mas que, de lá para cá, houve um processo de urbanização e de industrialização que mudou completamente o cenário; que o segundo ponto a ser destacado era que o projeto utilizado como referência para fornecer os dados apresentava apenas uma secção do Jaguari, sem levar em consideração aspectos hidrodinâmicos e aqueles concernentes à região, como as implicações com o efluente, o que acontecerá a jusante, e sem tão pouco realizar uma análise temporal; que este estudo dizia que, se forem mantidas as tendências de crescimento da população, de crescimento da urbanização, de uso desse recurso escasso que era a água, no ano 2020,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se nada até lá for feito, se nada for mudado, na época de estiagem, no Rio Jaguari não haverá mais do que 1,5 m³/segundo na foz; que seria possível, pelo nível da empresa contratada para elaborar o EIA/RIMA, se apresentar um projeto muito completo, relacionando-o com as implicações da macrodrenagem, do que este que foi apresentado; que qualquer empreendimento em praticamente todo o País civilizado apresentava não só medidas mitigadoras para amenizar os impactos, mas também medidas compensatórias, ou seja, necessitando um empreendimento de 500 litros por segundo deveria construir uma barragem de pelo menos 700 litros por segundo, aumentando, assim, a disponibilidade de água, e representando, nessa medida, um ganho social para a coletividade; que, no entanto, a TPP nada apresentou neste sentido, uma vez que não propôs sequer o reúso da água, coisa que era rotineira nas termelétricas dos outros países, pois lá se cobrava pelo uso desse recurso; que, em alguns países, só a cobrança pela captação da água chegava a 10 centavos de dólar o metro cúbico; que, pela vazão apresentada, seriam gastos, aproximadamente, 250 mil reais por mês, e que, para se escapar deste custo, nesses países se fazia a instalação de tais empreendimentos junto às Estações de Tratamento de Esgoto, para que fosse utilizada a água de reúso, que era mais barata, caminhando-se, assim, ao encontro das preocupações ecológicas, e não de encontro a essas preocupações; que, de acordo com a apresentação feita, a Replan captava 1.800 m³ por hora e devolvia, de efluente, 750 m³ por hora; que, no entanto, o projeto nem apresentava a hipótese de usar efluente da própria Replan e nem levava em conta o fato de existirem na região estações de tratamento de esgoto que já tinha água de reúso de efluente lá no final, cuja quantidade era superior àquela necessária ao funcionamento desta termelétrica; que o quarto ponto se referia ao fato de o Comitê, que era o órgão que gerenciava estes recursos, não ter sido ouvido ou consultado, e este fórum talvez fosse uma das únicas revoluções conceituais nas últimas décadas neste País; que, no projeto de cobrança pelo uso da água, se propunha que os comitês decidissem se se cobrava, se não se cobrava, de quem se cobrava, se, por exemplo, se cobra só de quem poluía ou se cobrava de quem usava a água, o que também era possível; que lamentava que esse fórum não tivesse sido ouvido; que a sociedade conquistou uma certa evolução no Direito Ambiental, quando conseguiu, por exemplo, que uma obra como esta não fosse aprovada nos gabinetes das Secretarias e, sim, em um conselho, que era o Consema, do qual faziam parte representantes da sociedade civil; que, disciplinadamente, os órgãos oficiais perderam o direito, não só de dizer sim, mas também de dizer não; que, desta forma, podem ser reunidos dezenas de pareceres contrários e, mesmo assim, o Consema pode aprovar essa termelétrica; que, assim sendo, era preciso registrar quais os condicionantes que não foram cumpridos, quais as colocações feitas numa audiência como essa, quais as condições mínimas necessárias para que qualquer empreendimento como este, de tamanho impacto na vida das comunidades, possa começar a ser discutido, procedendo, neste caso, com a mesma capacidade de discernimento como até agora se procedeu. Passou-se à etapa das réplicas, em que faz uso da palavra novamente o empreendedor, a equipe consultora responsável pelo EIA/RIMA e os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. O representante do empreendedor, Pedro Oliveira Ribeiro, prestou os seguintes esclarecimentos: que as inúmeras questões levantadas refletiam o processo de transparência do projeto; que sua postura era de abertura, pois não era dono da verdade e podia ser que os dados não estivessem completos, mas que seu propósito era debater e discutir amplamente todos eles com a população, com o Comitê de Bacias, enfim com todos; que já foram realizadas inúmeras reuniões com o Comitê de Bacias, tendo sido apresentadas a ele algumas questões levantadas pelo Secretário de Recursos Hídricos, que diziam respeito, por exemplo, à hidrodinâmica e às condições temporais, tendo sido estes estudos realizados depois de concluído o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

EIA/RIMA, embora o uso do termo “concluído” fosse inadequado, porque, de fato, ele não estava concluído, embora tivesse sido apresentado e protocolado na SMA em julho do ano passado, mas que, de lá para cá, em função das questões colocadas pela comunidade, embora ainda não se tenha produzido um documento, não se tenham compilado estes estudos adicionais e os incorporado ao relatório, todos eles, principalmente aqueles relacionados aos recursos hídricos, dada a sua grande relevância, foram apresentados ao Comitê de Bacias; que solicitava que todas as contribuições, sobremaneira aquelas relativas aos recursos hídricos fossem encaminhadas através do Comitê de Bacias ou da SMA, para que elas possam ser analisadas; que, com relação às emissões atmosféricas, diferentemente dos dados relativos à água, seus dados eram mais escassos, em virtude da base de dados, mas que estavam sendo realizados alguns trabalhos adicionais e se estava à disposição para oferecer esclarecimentos, como também acatar sugestões para realização de estudos complementares; que, em relação à geração de emprego, esclarecia que aqueles gerados durante a construção eram temporários, porque esta fase também era temporária, mas não podiam ser desprezados; que, em relação aos empregos permanentes, eles eram decorrentes do desenvolvimento da tecnologia, e que, talvez só num primeiro momento, esses quarenta empregos permanentes que serão criados sejam oferecidos a estrangeiros; que a energia produzida pela termelétrica estará disponível em Cosmópolis, em Hortolândia, em Americana, e que, portanto, as indústrias que, eventualmente, se sentirem atraídas pela termelétrica obrigatoriamente não se instalarão em Paulínia, mas também nesses Municípios, e gerarão empregos; que o empreendedor também era parte da sociedade e, como tal, apresentava e discutia seu projeto com a sociedade, que podia não ser perfeito, podia não ser bem-vindo, mas não era fruto de uma decisão emocional precipitada, motivo por que merecia ser refletido, pois, com certeza, influenciaria o futuro de toda esta região. O representante da equipe responsável pelo EIA/RIMA, José Manuel Mondelo, fez os seguintes comentários: que a equipe de trinta profissionais que elaborou este Estudo não era dona da verdade, podendo até ser, sob alguns aspectos, pioneira na elaboração de EIA sobre termelétrica, pois estes eram os primeiros estudos desenvolvidos e apresentados à sociedade sobre um empreendimento dessa natureza; que, com certeza, a SMA e o Consema incorporarão os anseios da sociedade e exigirão posturas técnicas defensáveis, e o empreendimento somente será aprovado se se conseguir, até o final deste processo, provar a hipótese de que o empreendimento é ambientalmente viável e poderá, sem grande prejuízo, ser inserido na região; que a entrega do EIA/RIMA à SMA não concluiu o processo, que prosseguia e, quanto mais a comunidade participar, quanto mais questionar, mais estudos serão elaborados buscando oferecer as respostas necessárias; que a questão dos recursos hídricos, sem dúvida alguma, era crítica e fora bastante analisada; que os aspectos relativos às emissões atmosféricas foram trabalhados com a base de dados existente e, para compensar a falta de alguns, foram assumidas hipóteses bastante conservadoras; que o estudo de dispersão das emissões atmosféricas abrangeu um período aproximado de três meses, com simulações diversas, estudando-se as condições críticas e assumindo-se sempre as premissas mais conservadoras; que se faziam necessários dados relacionados à capacidade de suporte da região, mas que essa análise demandava um trabalho do grupo formado na SMA, o qual levava muito tempo para ser concluído; que se estava inserido neste contexto e disposto a continuar o trabalho da maneira mais séria possível. Representando o Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, manifestou-se Augusto César Gandolfo, que teceu os seguintes comentários: que a TPP não foi transparente, não conseguiu responder nenhuma das perguntas formuladas, e que, se não o fizeram até agora, não o farão mais, e que, se houver complementação ao EIA, por força da Lei 6938/81, se terá de repetir o processo de consulta e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

discussão, em razão, inclusive, da Resolução Conama 1/86, pois as certezas eram dialeticamente incertezas, ou seja, o avesso, o avesso do avesso, como já dizia Caetano. Manifestou-se, também na condição de representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, André Queiroz Guimarães, que teceu as seguintes considerações: que o processo de licenciamento no Estado de São Paulo tinha nessas audiências uma dinâmica própria; que lamentava o fato de que após as audiências sempre eram solicitadas complementações, mas que, no entanto, estas complementações nunca eram debatidas em novas audiências posteriores e isso era muito preocupante, era um aspecto do processo de licenciamento que o Consema tinha de rever; que, quando o empreendedor assumia, como ocorreu agora, que os estudos seriam complementados, os cidadãos cumpriam a função de consultores, apesar de não terem, posteriormente, conhecimento dos estudos que seriam elaborados a partir das sugestões que fizeram; que isso era um vício do processo, que tinha de ser sanado com o aprimoramento dos seus instrumentos, inclusive da audiência pública, que deveria ter, no processo, um papel muito relevante, e que, ultimamente, no âmbito do Consema, não queria dizer quase nada; que, quando era encaminhado para o Consema um empreendimento importante para o Estado, ele era aprovado, querendo a sociedade ou não, como foi o caso Playcenter, que só foi obrigado a apresentar EIA/RIMA porque o Ministério Público entrou com uma ação civil pública para que o Estado exigisse o EIA do empreendimento, ou seja, que o Judiciário exigisse o Estudo de Impacto Ambiental; que, normalmente, as complementações não são discutidas pela população; que, se necessário, entrará com representações junto ao Ministério Público exigindo que o direito de analisar as complementações não seja negado à população, pois só assim ela terá conhecimento do projeto como um todo; que o modo como os consultores procediam levava os técnicos do DAIA a proceder como consultores; que a SMA deveria indeferir estes projetos cujos estudos eram apresentados incompletos, ou estabelecer um limite para a apresentação de complementações, pois, no caso do Parque Temático, foram exigidas quarenta e seis complementações, o que chega quase a constituir um novo estudo; que a Secretaria tem de tomar atitudes mais drásticas, indeferindo o projeto, para que, o empreendedor, pretendendo, entre novamente com um novo projeto; que da última audiência pública para esta houve tempo suficiente para que o empreendedor respondesse às perguntas formuladas por André Ferreira, professor da Universidade Estadual de Campinas, mas que isso não foi feito; que não podia deixar passar em branco o que foi dito pelo Secretário de Meio Ambiente do Município de Paulínia, pois foram absurdos os argumentos que usou. Finalizando, este representante leu um trecho de uma obra que não se pôde reproduzir, pois ele acrescentava à leitura comentários, seus, tornando impossível distinguir-se um do outro. Manifestou-se, também na condição de representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, Carlos Bocuhy, que lamentou a falta de um planejamento estratégico nacional para este setor e a não-realização da revisão da matriz energética, para que não se vivesse ao sabor do mercado, ao sabor de empreendimentos que se estabeleciam em determinados locais, sem levar em conta a saúde pública, o planejamento estratégico, o controle territorial e a capacidade de suporte da região; que era a iniciativa privada quem comandava este processo de regulamentação da sociedade, era ele que estava fazendo o planejamento do Brasil, e que, se a sociedade não se fortalecer no sentido de fazer um contraponto a este estágio, serão criadas muitas Cubatão e muitas Paulínias; que o Ministério do Meio Ambiente havia criado a Secretaria de Assentamentos Humanos para estudar, sob a ótica da Agenda 21, a despressurização de grandes regiões metropolitanas, a exemplo de Campinas e de São Paulo; que o território nacional deveria ser direcionado sob uma ótica estratégica que ligasse o poder público municipal, através de comitês de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

bacia, e os governos estadual e federal, através dessa recém-criada Secretaria. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho prestou os seguintes esclarecimentos: que não dispunha naquele momento da agenda do Consema, mas podia garantir que, mesmo havendo reunião da Câmara Técnica de Energia marcada para o mês de março, com certeza ela não discutiria este empreendimento; que, com relação à pergunta do conselheiro André Queiroz Guimarães, quanto ao atual estágio dos estudos da capacidade de suporte da região de Paulpinia, levaria o questionamento ao Secretário Ricardo Tripoli, mas adiantava que o GT criado para tratar da questão vinha-se reunindo e, em breve, deveria tornar público os resultados de seu trabalho; esclarecia, ainda, que a resolução que criou este Grupo de Trabalho impunha que os responsáveis pelos empreendimentos que vierem a ser licenciados durante este período assinarão um termo de compromisso pelo qual se obrigarão a cumprir qualquer exigência que o grupo venha a impor; e, por último, respondendo ao conselheiro Carlos Alberto Hailer Bocuhy, informava que a Comissão Especial de Avaliação de Impacto Ambiental havia-se reunido para ouvir a explanação sobre a proposta elaborada por este grupo de trabalho, tendo decidido reunir-se novamente quando o GT a tivesse concluído, o que não impedia que o GT fosse convocado pela Comissão para se informar da fase em que estavam os trabalhos, o que, aliás, ele iria fazer, a saber, convocar a Comissão e o GT para uma reunião. Depois de informar que aqueles que ainda desejassem oferecer qualquer subsídio ao processo teriam ainda um prazo de cinco dias úteis, a partir desse dia, para encaminhá-lo à Secretaria Executiva do Consema, e de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, o Secretário Executivo agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-ARP -PS